

## Classificação da publicação

### “Nascer de Novo”

(Aprovada em reunião plenária de 4.FEV.04)

17

#### I. Introdução

1. O Instituto de Comunicação Social (ICS) solicitou, em 27 de Junho último, à Alta Autoridade para a Comunicação Social (AACS), ao abrigo do disposto na alínea o) do art.º 4º da Lei n.º 43/98, de 6 de Agosto, a classificação da publicação “Nascer de Novo”.
2. Para instrução deste pedido foram enviados a esta AACS:
  - a) Os exemplares n.º 277, 278 e 279 respectivamente de 18 de Janeiro, 16 de Fevereiro e 16 de Março de 2003;
  - b) Uma declaração daquele periódico onde se constata que o mesmo é remetido por assinatura para os distritos de Aveiro, Beja, Braga, Bragança, Castelo Branco, Coimbra, Évora, Faro, Guarda, Lamego, Leiria, Porto, Santarém, Viana do Castelo, Vila Real, Viseu e Ilhas dos Açores e da Madeira e ainda para as colónias portuguesas da Alemanha, Andorra, Angola, Argentina, Austrália, Bélgica, Brasil, Cabo Verde, Canadá, Córsega, Espanha, Estados Unidos, França, Guiné-Bissau, Itália, Luxemburgo, Moçambique, Suécia e Suíça.
3. No seu número 279 é publicado o Estatuto Editorial, onde a publicação se define como “regional”. Assumindo, desde logo, respeitar os princípios deontológicos da imprensa e a ética profissional, de modo a não poder prosseguir apenas fins comerciais, nem abusar da boa fé dos leitores, encobrimdo ou deturpando a informação.
4. Pela consulta dos três exemplares pode constatar-se que este jornal é editado mensalmente.

#### II. Análise

1. Nos termos legais esta AACS é competente para a classificação da presente publicação.
2. Nos termos do n.º 1 do art.º 11º e do n.º 1 do art.º 12º da Lei 2/99, de 13 de Janeiro, as publicações são classificadas com periódicas quando são “editadas em série contínua sem limite de duração, sob o mesmo título, abrangendo períodos determinados de tempo” e portuguesas se “editadas em qualquer parte do território português (...), sob a marca e responsabilidade de editor português”
3. Segundo nos n.ºs 1 e 2 do art.º 13º do mesmo diploma legal, são doutrinárias as publicações que pelo seu conteúdo ou perspectiva de abordagem visem predominantemente divulgar qualquer ideologia ou credo religioso” e informativas “as que visem predominantemente a difusão de informação e notícias”.

17693

4. O mesmo artigo, nos seus n.ºs 3 e 4 acrescenta que são de informação geral as publicações que “ tenham por objecto predominante a divulgação de notícias ou informação de carácter não especializado” e especializadas “as que se ocupem predominantemente de uma matéria, designadamente científica, artística ou desportiva”.
5. Quando à expansão, o art.º 14º , do mesmo diploma, nos seus n.º 1 e 2, define como publicações de âmbito nacional as que “ tratando predominantemente de temas de interesse nacional ou internacional, se destinem a ser postas à venda na generalidade do território nacional”, e de âmbito regional “as que, pelo seu conteúdo e distribuição, se destinem predominantemente às comunidades regionais e locais”
6. Assim, compulsado o referido periódico e todo o processo remetido, conclui-se que estamos em face de um jornal editado mensalmente e em território português. Visa a informação não especializada dos seus leitores. Os seus temas predominantes são de interesse regional (especialmente assuntos cujo horizonte geográfico são dos concelhos de Apúlia, Belinho, Curvos, Esposende, Fão, Fonte Boa, Forjães, Gandra, Gemeses, Marinhas, Mar – São Bartolomeu, Palmeira e Rio Tinto).

### **III. Conclusão**

Nestes termos, a Alta Autoridade para a Comunicação social delibera, de acordo com o disposto no art.º 4, al. o) da Lei n.º 43/98, de 6 de Agosto, classificar a publicação “Nascer de Novo” como publicação periódica, portuguesa, de informação geral e âmbito regional”

*Esta deliberação foi aprovada por unanimidade com votos a favor de Manuela Matos (Relatora), Armando Torres Paulo, Artur Portela, Sebastião Lima Rego, José Garibaldi, João Amaral, Maria de Lurdes Monteiro, Jorge Pegado Liz e José Manuel Mendes.*

Alta Autoridade para a Comunicação Social, 4 de Fevereiro de 2004

O Presidente



Armando Torres Paulo  
Juiz Conselheiro

MM/IM